

Dívida externa desequilibra Tesouro

■ Governo aumenta de 30% para 50% pagamento dos juros e agrava déficit público

NÉLIA MARQUEZ

BRASÍLIA — Na entrevista coletiva que concedeu terça-feira, o ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, reclamou mais uma vez do desequilíbrio das contas públicas. A arrecadação aumentou, mas as despesas cresceram muito, disse o ministro. Mas Fernando Henrique não detalhou os motivos do déficit de CR\$ 94 bilhões em julho. Um dos dados que ele não mencionou é a dívida externa. Segundo o secretário do Tesouro Nacional, Murilo Portugal, o governo aumentou de 30% para 50% o pagamento dos juros.

Pelo acordo que está em negociação final com os bancos credores, o Tesouro passou a pagar mensalmente os juros com vencimentos trimestrais e semestrais.

Resultado: as despesas subiram 505,35% acima da inflação, passando de CR\$ 4,5 bilhões de janeiro a julho de 1992 para CR\$ 27,6 bilhões nos primeiros sete meses deste ano. O acordo deve ser fechado em 30 de novembro e em agosto o déficit do Tesouro deverá se repetir.

A dívida interna também pesou na balança. De acordo com Murilo Portugal, o governo está tendo que pagar os juros dos papéis que foram emitidos para cobrir os cruzados novos bloqueados pelo governo Collor, cuja devolução

terminou em agosto de 1992. Os encargos da dívida interna pagos nos primeiros sete meses do ano ficaram 1.421% acima da inflação em relação ao mesmo período do ano passado.

**As despesas com
pessoal cresceram
35% em relação
ao primeiro
semestre de 92**

Há outras duas causas para o desequilíbrio das contas públicas: gastos com pessoal e despesas de custeio. No primeiro caso, segundo Murilo Portugal, este ano o governo teve que arcar com os

custos da isonomia salarial aprovada no ano passado. Além disso, este ano os funcionários públicos passaram a ter reajustes bimes-

trais de 60% da inflação — em contraste com 1992, ano de compressão salarial. De janeiro a julho, os gastos com pessoal aumentaram 35% acima da inflação em relação aos primeiros sete meses de 1992.

A pressão sobre as contas do Tesouro em julho ocorreu também por causa da aprovação do Orçamento da União. O secretário do Tesouro contou que no primeiro semestre foi liberada uma parcela mínima — entre 6% e 8% — da verba prevista no Orçamento. De junho para julho, porém, as despesas com o custeio do governo aumentaram 112%. Murilo lembra, porém, que em comparação com o mesmo período do ano passado, os gastos tiveram um acréscimo pequeno, de 1,85%.